



ATA

23ª REUNIÃO COMISSÃO PERMANENTE DE MEMÓRIA DA JUSTIÇA MILITAR

Aos três dias do mês março do ano de dois mil e vinte e três, às catorze horas, reuniu-se, por videoconferência, a Comissão Permanente de Memória da Justiça Militar, sob coordenação do desembargador Fernando Galvão da Rocha, presentes os(as) servidores(as) Gustavo Cândido da Silva, Leonardo Vaz de Melo e Letícia Sofal Costa. As servidoras Valéria Linhares de Lima Machado e Kely Cristina Barbosa Machado justificaram a ausência antecipadamente. O desembargador Fernando Galvão da Rocha deu boas-vindas aos participantes e iniciou a reunião informando que ele e a servidora Letícia Sofal, na fase da reativação do espaço da Memória na sede da Justiça Militar de Minas Gerais, em novembro de 2022, perceberam que o livro com o registro da instalação da Justiça Militar de Minas Gerais encontrava-se desaparecido e, diante da constatação, abriu um processo SEI formalizando o ocorrido para o presidente do Tribunal, solicitando a abertura de um procedimento administrativo para investigar o paradeiro do livro. O desembargador destacou que este livro é o documento mais importante da Justiça Militar de Minas Gerais e que ele recebeu o livro das mãos do Comandante-geral da Polícia Militar na época da inauguração do Espaço da Memória. O desembargador informou que, a partir do processo, a Tenente Coronel Sírnia Matias, localizou o livro e que o mesmo encontra-se em posse da Polícia Militar de Minas Gerais. O desembargador apresentou à Comissão um relatório sobre a investigação realizada pelo CESI e acompanhada pela chefia de gabinete da presidência. A Comissão analisou e discutiu sobre as informações constantes no documento. O desembargador destacou que o presidente considerando que o livro foi localizado e se encontra na posse da Diretoria de Comunicação Organizacional da PMMG, determinou o arquivamento do processo, que se encontra vinculado ao que trata das reuniões da Comissão da Memória. O desembargador Fernando Galvão informou que o MEJUD comunicou ao TJMMG que, em virtude do Palácio da Justiça entrar em uma fase de reformas, ficará fechado por um período aproximado de três anos e que os objetos e mobiliários da Justiça Militar que lá estavam em exposição serão devolvidos ao TJMMG. O desembargador comunicou que a Comissão precisará definir onde ficará armazenado o acervo e que o chefe de gabinete da presidência, Cel Giovanne Gomes, sugeriu que, provisoriamente, o material fosse colocado no Espaço da Memória na sede de nosso Tribunal, que ficaria com os vidros cobertos até que a Comissão possa decidir quais objetos / móveis permanecerão no espaço e quais serão armazenados em outro espaço. O servidor Leonardo Melo sugeriu colocar os totens nos corredores dos andares no mesmo formato em que, antigamente, ficavam as exposições itinerantes. A Comissão considerou a sugestão como uma boa solução. O desembargador indagou se há câmeras que monitoram o *hall* de entrada do Tribunal e expressou uma preocupação com a segurança dos objetos históricos. O desembargador sugeriu solicitar ao chefe de gabinete que o espaço da memória fosse monitorado por câmeras que tivessem

gravação que fossem armazenadas por longos períodos para segurança do acervo. A comissão concordou em demandar à chefia de gabinete uma forma monitoramento neste formato. O desembargador sugeriu e a comissão concordou em digitalizar todas os documentos do acervo da Memória da Justiça Militar de Minas Gerais e fotografar os demais objetos para atualizar a lista dos bens culturais já existente e aprimorar o controle sobre os objetos que são importantíssimos para o Tribunal. A Comissão discutiu sobre acervos de vídeos de julgamentos e acervo digital de processos e sobre a possibilidade de iniciar uma catalogação e organização de informações. O desembargador Fernando Galvão sugeriu fazer recortes de sustentações ou votos interessantes e bem elaborados dos vídeos das sessões de julgamentos, inclusive da atuação da Defensoria e do Ministério Público, inclusive para registrar as passagens destas pessoas pelo Tribunal. O servidor Gustavo Cândido pontuou que, atualmente o critério de organização é pela data da sessão, mas que neste formato há dificuldade para encontrar o processo de interesse. A comissão discutiu formas de organização das gravações e os aspectos técnicos dos recortes de vídeos de forma a se tornarem mais interessante para o público e de fácil localização. Ficou decidido que, tão logo o material que estava exposto no Palácio da Justiça sejam devolvido para o Tribunal, a Comissão se reunirá novamente para elaborar um registro atualizado do acervo, incluindo o que está na Biblioteca e o material exposto no Espaço da Memória. A presente reunião encerrou às 15h38. Nada mais havendo a registrar, eu, Luanda Geneviéve Martins Medeiros do Couto Fróes, Assistente Judiciária, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelo desembargador Fernando Galvão da Rocha.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO NOGUEIRA GALVÃO DA ROCHA, Desembargador Civil do TJMMG**, em 06/03/2023, às 16:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tjmmg.jus.br/servicos> informando o código verificador **0258632** e o código CRC **A8E118C4**.